

21/02/2022

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 588 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: ESTADO DA PARAIBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DA PARAÍBA - SENGE/PB</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTONIO BARBOSA DE ARAUJO</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**EMENTA:** PROCESSO CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL OPOSTOS POR *AMICUS CURIAE*. INADMISSIBILIDADE.

1. Embargos de declaração opostos por *amicus curiae* em face de acórdão que determinou a suspensão das decisões judiciais que promoveram constrições judiciais por bloqueio, penhora, arresto ou sequestro, bem como a sujeição da Companhia Estadual de Habitação Popular CEHAP-PB ao regime constitucional de precatórios.

2. De acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, os *amici curiae* não têm legitimidade para opor embargos de declaração em sede de controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes: ADI 3.239-ED segundos, Relª. Minª. Rosa Weber; ADI 5.774-ED, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 5.441-ED segundos, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 3.785-ED, Relª. Minª. Cármen Lúcia.

3. Embargos não admitidos.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, por unanimidade de votos,

**ADPF 588 ED / PB**

em deixar de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado da Paraíba, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 11 a 18 de fevereiro de 2022.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO** - Relator

21/02/2022

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 588 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: ESTADO DA PARAIBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DA PARAÍBA - SENGE/PB</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTONIO BARBOSA DE ARAUJO</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**RELATÓRIO:**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado da Paraíba, admitido nesta ação na qualidade de *amicus curiae*, em face de acórdão do Plenário desta Corte que, por maioria de votos, julgou procedente o pedido formulado na inicial para: **(i)** suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro; **(ii)** determinar a sujeição da Companhia Estadual de Habitação Popular do Estado da Paraíba ao regime constitucional de precatórios; e **(iii)** determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas; ficando prejudicado o pedido de natureza cautelar e de tutela provisória formulado na petição nº 1263/2020.

2. O embargante sustenta que o acórdão foi omissivo ao não se manifestar sobre a possibilidade de a decisão do Plenário afetar processos judiciais em que a coisa julgada já se operou. Segundo o embargante, a Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba vem peticionando nos autos de

**ADPF 588 ED / PB**

diversos processos requerendo a aplicação imediata da decisão da Corte, inclusive em ações transitadas em julgado.

3. Eis o breve relatório.

21/02/2022

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 588 PARAÍBA**

**VOTO:**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. Os embargos são inadmissíveis.

2. Conforme jurisprudência amplamente consolidada neste Supremo Tribunal Federal, os *amici curiae* não têm legitimidade para interpor recursos nas ações destinadas ao controle concentrado de constitucionalidade, como a presente. Assim, não se aplica ao caso o art. 138, § 1º, do CPC/2015, que reconhece tal possibilidade nos processos ordinários. Entre diversos precedentes nesse sentido, destaco as seguintes ementas:

**“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR AMICUS CURIAE. ILEGITIMIDADE. NÃO CONHECIMENTO. PRECEDENTES.**

1. Firmou-se a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que o *amicus curiae* não ostenta, nessa condição, legitimidade para opor embargos de declaração nos processos de índole objetiva, sendo inaplicável o art. 138, § 1º, do CPC às ações de controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes.

2. Embargos de declaração não conhecidos” (ADI 3.239-ED-segundos, Relª. Minª. Rosa Weber, **negrito acrescentado**)

**“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE RECURSAL DE AMICUS CURIAE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO (ASSISTÊNCIA). INVIABILIDADE. LEI**

**ADPF 588 ED / PB**

20.805/2013 DO ESTADO DE MINAS GERAIS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL consolidou-se no sentido de que *amicus curiae* não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade (...)” (ADI 5774 ED, Rel. Min. Alexandre de Moraes, **negrito acrescentado**)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR *AMICUS CURIAE*. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS” (ADI 3.785-ED, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Carmen Lúcia)

3. A razão para a manutenção desse entendimento é muito simples: as leis que regulamentam o controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal são leis especiais, de modo que, mesmo após o advento do novo Código de Processo Civil, a inadmissibilidade de recursos interpostos pelo *amicus curiae* permanece em vigor, ante o critério da especialidade. Nesse particular, é inaplicável a regra geral do art. 138, § 1º, do CPC.

4. Diante do exposto, deixo de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado da Paraíba, em observância à jurisprudência consolidada desta Corte.

5. É como voto.

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL  
588**

PROCED. : PARAÍBA

**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**

EMBDO.(A/S) : ESTADO DA PARAIBA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

EMBTE.(S) : SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DA PARAÍBA -  
SENGE/PB

ADV.(A/S) : ANTONIO BARBOSA DE ARAUJO (6053/PB)

EMBDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, deixou de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado da Paraíba, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 11.2.2022 a 18.2.2022.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário